



Guia de Informações:

Entenda o que muda com a Nova Reforma Política

Brasília
2015

Sumário

Introdução	03
Tempo Televisivo e Propaganda Partidária	04
Período Eleitoral	06
Doações, Prestação de Contas e Gastos de Campanha	08
Justiça Eleitoral.....	10
Filiação e Fidelidade Partidária	12
Cláusula de Desempenho e Debates	13
Participação Feminina	14

Dúvidas e Informações

Caso tenha dúvidas e queira saber mais detalhes, consulte a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 ou entre em contato com a Fundação da Ordem Social pelo e-mail: fundacao@ordemsocial.org

Introdução

A Reforma Política ocupou o centro dos debates legislativos do Congresso Nacional em 2015, após uma série de fatores sociais e políticos que corroboraram para o aprofundamento da discussão e a pungente necessidade da aprovação de uma legislação que buscasse aperfeiçoar o sistema político brasileiro.

Diante da necessidade da aprovação de uma proposta que pudesse estar vigente já nas Eleições Municipais de 2016, o Congresso Nacional deu celeridade às discussões para a elaboração do texto final a ser sancionado. Em meio as discussões realizadas, foram escutados cientistas políticos, ministros do Tribunal Superior Eleitoral, Organização dos Advogados do Brasil, entidades da sociedade civil, presidentes nacionais dos partidos políticos e especialistas em direito eleitoral.

A Lei nº 13.165, sancionada em setembro, é fruto de todo o debate político e técnico realizado em 2015 no Congresso Nacional e que traz mudanças no Código Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos, que serão aplicadas nas eleições municipais de 2016.

Devido à importância do tema e de sua aplicação para as eleições do ano que vem, a Fundação da Ordem Social tem auxiliado o Partido Republicano da Ordem Social e seus filiados para terem conhecimento das regras eleitorais e mudanças da legislação vigente. O objetivo deste guia é sintetizar as principais alterações trazidas com a Reforma Política e atualizar os membros do partido sobre os temas: propaganda eleitoral, convenções partidárias, registro de candidaturas, doações e gastos de campanha, contas de campanha, voto em trânsito, novas eleições, filiação, janela partidária, cláusula de desempenho, debates e participação feminina.

Todas as informações presentes neste Guia estão de acordo com os novos itens aprovados na Reforma Política, de acordo com a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

• Tempo Televisivo e Propaganda Partidária:

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Tempo de Propaganda Entre os Partidos - Distribuição	Do total do tempo de propaganda 88% é distribuído proporcionalmente ao número de deputados federais. Os outros 12% são distribuídos igualitariamente.	<p>Do total do tempo de propaganda, 90% é distribuído proporcionalmente ao número de deputados federais. Os outros 10% são distribuídos igualitariamente.</p> <p>Diminui de 45 para 35 dias o período em que a propaganda deve ser transmitida pelas emissoras antes das eleições gerais ou municipais.</p>
Tempo de Propaganda Entre os Partidos – Coligações	O tempo de TV de uma coligação considera a soma do tempo de todos os partidos que fazem parte dela.	<p>Nas coligações das eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem.</p> <p>Nas coligações das eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem.</p>

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Propaganda Partidária Anual	Todos os partidos têm programas semestrais, tanto estadual quanto nacional, de 20 minutos.	<p>Terão direito à propaganda partidária somente os partidos que tenham pelo menos um representante em qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.</p> <p>Os partidos que tenham até 4 deputados federais terão um programa em cadeia nacional por semestre com duração de cinco minutos. Os partidos com 5 ou mais deputados terão direito a um programa em cadeia nacional por semestre com duração de dez minutos.</p>

- **Período Eleitoral:**

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Período de Campanha Eleitoral	O período para campanha eleitoral é de 90 dias.	O período para campanha eleitoral passou a ser de 45 dias.
Propaganda Eleitoral	<p>Ocorre a propaganda eleitoral em rádio e TV por 45 dias anteriores às eleições gerais ou municipais. O tempo semanal de propagandas é de 810 minutos nas eleições gerais e de 390 minutos nas eleições municipais.</p> <p>As propagandas eleitorais iniciam-se a partir do dia 5 de julho do ano da eleição.</p>	<p>As propagandas eleitorais ocorrerão por 35 dias anteriores às eleições gerais ou municipais. O tempo semanal de propagandas passa a ser de 790 minutos para as eleições gerais (podendo chegar a 796 dependendo da renovação de 1/3 ou 2/3 do Senado), enquanto que para as eleições municipais passa a ser de 610 minutos.</p> <p>As propagandas eleitorais iniciam-se a partir do dia 15 de agosto do ano da eleição.</p>

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Convenções Partidárias	O período de convenções partidárias, para escolha dos candidatos e aprovação de coligações, é do dia 12 a 30 de junho do ano da eleição.	As convenções partidárias para a escolha dos candidatos deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. Lavra-se a ata em livro aberto, sendo rubricado pela Justiça Eleitoral, e é publicada em 24h em qualquer meio de comunicação.
Registro de Candidaturas	O prazo para solicitar à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos é até o dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.	O prazo para solicitar à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos passa a ser até o dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. OBS: "O candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito para concorrer às eleições."
Transmissão Emissoras	A partir do resultado da convenção, é vedado às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.	A partir de 30 de junho do ano da eleição, é vedado às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por quem venha a ser candidato. Sob pena de multa e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário.

• Doações, Prestação de Contas e Gastos de Campanha:

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Teto Para Gastos de Campanha	Não havia teto máximo para gastos.	<p>- Para presidente, governador e prefeito: I. Se na eleição anterior houve apenas um turno, o teto será de 70% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral. II. Se tiver havido dois turnos, o limite será de 50% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral. III. Para segundo turno, o limite de gastos será de 30% do gasto efetuado no 1º turno.</p> <p>- Para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador será de 70% do maior gasto contratado nas circunscrição para o respectivo cargo na eleição imediatamente anterior à publicação desta lei.</p>
Doação de Campanha	Atualmente empresas e pessoas físicas podem fazer contribuições às campanhas eleitorais. As empresas devem obedecer um teto de até 2% do faturamento bruto do ano anterior, enquanto que pessoas físicas podem doar até 10% dos seus rendimentos brutos do ano anterior.	<p>Somente pessoas físicas poderão fazer doação às campanhas eleitorais, respeitando o limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. Empresas ficam proibidas de fazerem doações.</p> <p>Partido ou candidato que receber recursos de origem não identificada deverá devolver os valores ou transferir para conta do Tesouro Nacional.</p>

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Divulgação de Doações	Os partidos, coligações e candidatos devem divulgar, em site criado pela Justiça Eleitoral, nos dias 8 de agosto e 8 de setembro o relatório discriminando os recursos que tenham recebido.	As doações devem ser divulgadas pelos partidos, coligações e candidatos, em site criado pela Justiça Eleitoral, em até 72 horas do recebimento e no dia 15 de setembro relatório com as transferências com do fundo partidário, recursos em dinheiro e estimáveis em dinheiro recebido, assim como os gastos realizados.
Contas de Campanha	Caso o partido tenha suas contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral, seus repasses do Fundo Partidário serão suspensos e os responsáveis pelas contas rejeitadas sujeitar-se-ão às penas previstas em lei.	<p>A suspensão do repasse do Fundo Partidário só ocorrerá em caso do partido não prestar contas.</p> <p>A rejeição das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida multa de até 20%.</p> <p>Os dirigentes partidários serão responsabilizados civil e criminalmente por atos ilícitos atribuídos aos partidos, em caso da irregularidade ser grave e insanável, implicando em enriquecimento ilícito e lesão ao patrimônio do partido.</p>

- **Justiça Eleitoral:**

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Voto em Trânsito	É permitido o voto em trânsito somente para o cargo de presidente da República.	É permitido votar em trânsito para todos os cargos, nas capitais e nos municípios com mais de 100 mil habitantes. O voto em trânsito dentro do estado só não se aplicará para prefeitos e vereadores. Fora do estado somente para presidente da República.
Novas Eleições	Em caso de mais da metade dos votos válidos da eleição majoritária forem anulados, a Justiça Eleitoral convocará novas eleições entre 20 a 40 dias.	A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados. Havendo vacância do cargo a menos de seis meses do fim do mandato, a eleição será indireta.

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Recurso Suspensivo	Não é permitido o recurso eleitoral com efeito suspensivo.	O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.

- **Filiação e Fidelidade Partidária:**

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Filiação	O candidato deveria ser filiado ao partido pelo qual concorrerá há pelo menos um ano antes das eleições.	O candidato deverá ser filiado ao partido pelo qual concorrerá há pelo menos seis meses antes das eleições. E deverá possuir domicílio eleitoral pelo menos um ano antes do pleito.
Janela/Fidelidade Partidária	Políticos só poderiam mudar de partido sem perda de mandato nos casos de: I) incorporação ou fusão do partido; II) criação de novo partido; III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; IV) grave discriminação pessoal.	É permitida a mudança de partido efetuada durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, que se realizará no ano anterior ao término do mandato vigente. Também é permitida a mudança de partido sem perda do mandato nos casos de mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e grave discriminação política pessoal;

- **Cláusula de Desempenho e Debates:**

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Cláusula de Desempenho	Atualmente não existe cláusula de desempenho para que candidatos assumam seus cargos.	O candidato precisará ter ao menos 10% do quociente eleitoral para ocupar sua vaga.
Debates	Podem participar de debate todos os candidatos cujos partidos tenham representação na Câmara dos Deputados.	Participam do debate todos os candidatos cujos partidos tenham mais de nove deputados na Câmara dos Deputados. Os demais podem ser convidados, desde que haja aprovação de 2/3 dos candidatos aptos, em eleições majoritárias, e de 2/3 dos partidos ou coligações com candidatos aptos para eleição proporcional.

- **Participação Feminina:**

Quadro Comparativo

Item	Como era	Como ficou
Participação Feminina	A legislação vigente restringe-se às cotas das candidaturas (30% do sexo).	<p>Os partidos devem promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% do programa e das inserções a que têm direito.</p> <p>Os partidos deverão destinar de 5% a 15% no máximo dos recursos do Fundo Partidário ao financiamento das campanhas eleitorais das suas candidatas.</p>